**Economia Política da Colonização: As contribuições de Caio Prado Jr. e Celso Furtado.**

Rômulo Felipe Manzatto

Trabalho preparado para apresentação no V Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 4 a 8 de maio de 2015

**2015**

**RESUMO**

Intérpretes do Brasil cujas obras influenciaram as mais diversas áreas do conhecimento, Caio Prado Jr. e Celso Furtado conquistaram espaço de destaque no pensamento social brasileiro, dando corpo a uma forma de pensar o país que encontra ressonância ainda nos dias de hoje. Casos raros de confluência entre a tradição crítica e a tradição militante, capazes de conciliar a reflexão crítica de alto nível com a atuação política efetiva, nos quadros do partido ou nos diferentes escalões da burocracia governamental, foram capazes de desenvolver duas das mais originais sínteses interpretativas da nação. Esse trabalho tem o intuito de mapear alguns dos pontos de contato entre os dois autores em suas obras de “Formação” problematizando o contexto em que as obras foram produzidas e também o contexto metodológico em que seriam posteriormente estudadas, sugerindo que, assim como a realidade que buscaram examinar, também o pensamento de Caio Prado Jr. e Celso Furtado impõe certa adaptação das abordagens metodológicas existentes.

**Palavras-chave**: Caio Prado Jr.; Celso Furtado; Pensamento econômico brasileiro; Pensamento político brasileiro.

**IDENTIDADES ENTRE CAIO PRADO JR. E CELSO FURTADO**

**Constatação de um diálogo implícito**

Em *A Navegação Venturosa*, Francisco de Oliveira comenta em tom de anedota o episódio em que teria provocado Furtado, afirmando que o economista desconheceria a obra do historiador Caio Prado Jr. Instado a responder, Furtado não teria negado ou confirmado provocação, ignorando propositalmente a pergunta.

Se o ocorrido não passou de brincadeira entre amigos de longa data, serve ao menos como deixa para introduzir uma questão que por muito tempo inquietou os leitores mais atentos de *Formação Econômica do Brasil,* obra mais célebre de Furtado, a saber: o fato de que uma das mais eloquentes sínteses interpretativas da economia brasileira, tenha sido realizada praticamente sem referências às obras de autores brasileiros.

Disposição semelhante é a de Tamás Szmrecsányi (1999), que no intuito de desvendar essa questão, propõe um exame detalhado dos trabalhos de Furtado anteriores à sua obra mais célebre. Para tanto, toma como ponto de partida a influência exercida pelos trabalhos de Caio Prado Jr, como intuída por Francisco de Oliveira.[[1]](#footnote-1)

Ao debruçar-se sobre a tese de doutorado de Celso Furtado, defendida em 1948, Szmrecsányi encontra numerosas referências a *História Econômica do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*, confirmando a intuição que motivou a análise. Opta, porém, por não aprofundar o motivo que teria levado Furtado a um tratamento seletivo de suas fontes, explicitando-as em sua tese, e omitindo-as, quase que totalmente, em sua obra de maior circulação, mas não deixa de contemporizar o fato de um dos trabalhos se tratar de uma “análise em profundidade de parte do período colonial, elaborado para a obtenção do doutorado, e outro de síntese, relativo a um tempo mais amplo e destinado a um público maior e mais geral” (SZMRECSÁNYI, 1999: p.209).

Constatação que não autoriza que se coloque a polêmica de lado, uma vez que, como nos lembra Szmrecsányi, essas mesmas lacunas bibliográficas já foram atribuídas, por Francisco Iglésias (IGLÉSIAS, 1971: p.200), à pretensa fraqueza da historiografia brasileira de então, supostamente incapaz de dar suporte adequado à uma obra tão ampla e ambiciosa quanto a de Furtado.

O tema seria retomado em Szmrecsányi (2009), reafirmando o papel de Caio Prado Jr e de Celso Furtado na fundação da disciplina de História Econômica no Brasil. Referindo-se ao processo de elaboração de *Formação Econômica do Brasil*, lembra que a obra foi feita durante estágio de pesquisa na universidade de Cambridge, após anos de atuação no serviço público brasileiro e na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

 Constata que *Formação Econômica do Brasil,* é obra de fôlego, ponto de chegada de um percurso que se inicia em sua tese de doutorado de 1948*, Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, continua em artigo de 1950, com o título de *Características gerais da economia brasileira*, ganha nova versão em 1954 com o livro *A Economia brasileira (contribuição à análise de seu desenvolvimento)* e adquire contornos finais com seus trabalhos de 1955 e 1956, respectivamente, *O desenvolvimento econômico (ensaio de interpretação histórico-analítica)* e *Uma economia dependente*. (SZMRECSÁNYI, 2009: p.51).

 A já citada ausência de referências em *Formação Econômica do Brasil* é reexaminada por Szmrecsányi, e seria justificada por Furtado em dois depoimentos. No primeiro, Furtado mencionaria que quando a caminho da Inglaterra, para realização de seu estágio de pesquisa, um problema no avião teria sido responsável por uma estadia forçada de dois dias em Recife, onde teria adquirido a *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, episódio que explicaria o fato de Simonsen ter sido praticamente o único autor brasileiro a figurar na bibliografia de *Formação Econômica do Brasil.*

No depoimento posterior, buscaria justificar a ausência das referências pelas próprias características de sua obra, de ensaio sintético do processo histórico de formação da economia brasileira, em que os diferentes tópicos seriam expressos de maneira breve, pouco pormenorizada, não cabendo a explicitação dos detalhes historiográficos. (SZMRECSÁNYI, 2009: p.52-53).

 Szmrecsányi está atento ao fato de que os depoimentos podem ter constituído “uma justificativa, uma racionalização, uma defesa ex post”, dados como resposta a seus críticos e que não necessariamente correspondiam ao que o autor pensava quando de fato escreveu sua obra. Não se trata de pôr em xeque o testemunho de Furtado, mas sim, como lembra Szmrecsányi que “uma vez publicada, qualquer obra deixa de pertencer ao seu autor, da qual o autor só mantém a propriedade intelectual do conteúdo”. A partir de sua publicação a obra passa a pertencer ao público, estando sujeita a qualquer tipo de inferência.

Outro tipo de aproximação pode ser feita com base na análise de Francisco de Oliveira que, atento ao impacto que as obras dos autores tiveram em seus contextos, opta por travar contato entre o pensamento dos dois autores, reafirmando o fato de que ambos se utilizavam do arsenal analítico fornecido pela história econômica para apreender a realidade que se propunham a influenciar. Ressalta então a figura de Caio Prado como o “fundador da teoria da história econômica brasileira” (OLIVEIRA, 1986: p.150), teoria que alimentaria a análise de Furtado. Complementa afirmando que se Caio Prado Jr. não foi capaz de formular, de maneira articulada, uma teoria e uma proposta de economia política, isso se deve a sua adesão ao marxismo, uma vertente teórica recusada pelas classes dominantes no Brasil.

É fato que a militância marxista de Caio Prado Jr., impediu que o historiador paulista ocupasse qualquer cargo público de relevância, mas a afirmação de Francisco de Oliveira abre espaço para que se recoloque a polêmica das lacunas bibliográficas sob outra perspectiva.

Se durante a realização de seu doutorado, trabalho acadêmico realizado fora do país, Celso Furtado não poupa as referências à Caio Prado Jr, ao lançar *Formação Econômica do Brasil,* já tendo atuado como burocrata internacional de destaque e como homem público, talvez seja natural que evite qualquer vinculação explícita com o pensamento marxista, que poderia representar obstáculo à consolidação de seu projeto reformista.

O que parece evidente é que o período entre o ano de 1948, data da defesa de sua tese de doutorado e o ano de 1959, lançamento de sua obra de maior repercussão, não constituiu somente período de amadurecimento conceitual e consolidação teórica, mas também período de amadurecimento de seu projeto político. Não custa lembrar que no período citado Furtado ocupou cargos de grande relevância política, coordenando os trabalhos da comissão mista CEPAL-BNDE, bem como posto de diretoria no recém criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

No que se refere à sua relação com o pensamento de Caio Prado Jr., não seria sem propósito afirmar que o diálogo intelectual entre os dois autores, que inicialmente se dá de maneira explícita, torna-se implícito na medida em que suas trajetórias pessoais se distanciam, enquanto Caio Prado Jr era um militante marginalizado de um partido posto na ilegalidade, Furtado rapidamente se tornaria o esteio teórico e técnico de um projeto político de modernização econômica.

 Ocorre que diferenças sociais e ideológicas não fazem com que duas formas de pensamento se tornem necessariamente excludentes entre si, como nos lembra Gildo Marçal Brandão, uma vez que como fenômenos sociais e ideológicos se interpenetram e se influenciam reciprocamente (BRANDÃO, 2007: p.38).

É possível que Caio Prado e Furtado tenham se influenciado mutuamente, uma vez que certas alianças intelectuais entre autores politicamente distantes podem ser firmadas com base em sua proximidade na forma de pensar, constituindo o que Gildo Marçal Brandão chama de uma aliança por afinidades eletivas.

 Bom exemplo de alianças por afinidades eletivas constitui o próprio percurso de Furtado. Se em sua tese de doutorado, em 1948, ainda figuram referências a certos “Restos Feudais” (FURTADO, 2001: p.79), denotando ainda resistência ao caráter comercial da colonização, como exposto por Caio Prado Jr. O mesmo não ocorre em *Formação Econômica do Brasil*, em que o alinhamento teórico com a concepção de *Sentido da Colonização* de Caio Prado Jr. se torna mais claro.

Não à toa, Furtado inicia sua obra da seguinte forma “A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa” (FURTADO, 2007: p.25). Impossível não recordar de um trecho das primeiras páginas de *Formação do Brasil Contemporâneo* em que Caio Prado Jr. afirma: “A expansão marítima dos países da Europa, depois do século XV, expansão de que o descobrimento e a colonização da América constituem o capítulo que particularmente nos interessa aqui” (PRADO JR, 2011: p.17).

 Mesmo o vocabulário utilizado, “episódio” para Furtado e “capítulo” para Caio Prado Jr indica a similaridade do raciocínio. Ocorre que, se o alinhamento de conceitos é explícito, as referências são implícitas. No caso de Celso Furtado, as afinidades eletivas com Caio Prado Jr. parecem ser motivadas muito mais por motivos políticos e ideológicos, do que por discordâncias conceituais. Se ao estudante de doutorado era permitida a vinculação explícita a um autor marxista, ao alto burocrata essa vinculação parece vetada.

**Contexto Intelectual: Os livros de formação e a imaginação nacional**

É comum que determinadas épocas sejam dotadas de excepcional simetria temática em relação à produção intelectual. Não deixa de ser curioso notar que alguns momentos históricos são capazes de aglutinar a produção de autores de diferentes orientações teóricas, e mesmo políticas, em torno de determinadas ideias-motriz.

O conforto da posição ex post nos permite traçar, num plano mais geral, o sentido comum para o qual apontam obras que em sua época foram consideradas divergentes. A passagem do tempo corrói algumas diferenças, facilitando o registro e o agrupamento de certas obras como pertencentes a uma “geração”, como nos explica Antônio Cândido

[...] o nosso testemunho se torna registro da experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais de sua época. (CÂNDIDO, 1995: p. 9)

 A dissolução das diferenças “nas características gerais de sua época” permite que Antônio Cândido se refira a três autores fundamentais dessa época como membros de uma mesma geração, “ligada ao sopro do radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930” (CÂNDIDO, 1995: p.9). Dessa forma, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Caio Prado Jr teriam sido capazes de canalizar os anseios difusos de uma época em obras absolutamente originais, capazes de realizar leituras inéditas do passado brasileiro.

Após inaugurarem nova maneira de compreender o Brasil, sua influência não cessou de imediato, a energia criadora liberada pelos três intérpretes da geração de 30 causou desdobramentos nada modestos, como aponta a miríade de obras posteriores, surgidas com intenção similar de reinterpretar o passado colonial brasileiro, orientação expressa, por exemplo, pelo insistente uso do termo “formação” nos títulos das obras do período.[[2]](#footnote-2)

A ampla amostra de títulos colhida por Paulo Arantes evidencia não só a notável confluência temática do período, mas também o anseio por mudança que reverbera nos títulos, na temática e numa intenção deliberada de redescobrir o país através do esforço intelectual que se espraia pelas mais diversas áreas do conhecimento. Como se vê, há mesmo um sentido de urgência em buscar respostas, dada a velocidade e a iminência das mudanças que se anunciavam. Tratava-se, na verdade, de buscar no passado, os obstáculos, os entraves ou mesmo os defeitos de nossa formação. É a expressão do anseio em abrir caminho para um novo país, que se anuncia na mudança acelerada da paisagem social.

A forma como apresentam seus trabalhos, o ensaio de interpretação histórica, dialoga de maneira intensa com a forma literária, que no Brasil ainda constituía principal meio de reflexão social, antes que efetivamente se consolidassem os círculos acadêmicos. A influência da literatura enriquece seus trabalhos, o diálogo com a forma literária, por sua vez, só aumenta o poder persuasivo de suas obras de interpretação.

Se nessa época Ezra Pound afirmava que “os artistas são a antena da raça”, algo parecido pode ser dito dos três intérpretes do Brasil, o anseio e o sentido de urgência com o qual se põem a interpelar o passado, são expressão de uma imensa sensibilidade às transformações, nem sempre evidentes, pelas quais passava a sociedade brasileira.

Ainda no que tange as repercussões da geração de 30, é Bernardo Ricupero quem afirma que a partir das sugestões de Antônio Cândido, teria se formado uma “quase representação” da contribuição que cada um dos autores deu à compreensão da realidade brasileira. Para Ricupero teria se criado a impressão de que entre os autores haveria “quase o equivalente a uma divisão do trabalho” intelectual, assim, Gilberto Freyre teria sido responsável por reconhecer a “contribuição negra” na formação do Brasil. Sérgio Buarque de Holanda, influenciado pela sociologia weberiana, teria apontado certas relações primárias que obstaculizavam o estabelecimento da democracia, Caio Prado, por sua vez, teria sido o responsável pela aplicação do materialismo histórico à análise da sociedade brasileira.

O que essas obras expressam em seu conjunto, é o momento em que o sentimento de nacionalidade parece tomar consciência de si mesmo de forma mais aguda. É nesse sentido, que Fernando Henrique Cardoso (1993) chama os três ensaístas de “Inventores do Brasil” e lembra que, com todas as suas diferenças, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado Jr, se colocaram contra o pensamento autoritário conservador da época. Não deixa de ressaltar que se o prefácio de Antônio Cândido tivesse sido escrito alguns anos mais tarde, é bastante provável que Celso Furtado fosse adicionado à tríade de intérpretes, dado o impacto de sua análise e a abrangência de seu pensamento.

O fato é que, passados tantos anos, a força desses autores já não reside tanto no aspecto teórico de suas obras, mas sim em uma concepção mitificada que se formou em torno de seu pensamento. A representação que se criou da contribuição desses autores já não pode ser desvinculada de suas obras.

O esmaecimento das diferenças, que permitiria caracterizar uma geração, de que fala Antônio Cândido, a “quase-representação”, definida por Ricupero e a “invenção do Brasil”, como colocada por Cardoso, captam facetas de um mesmo processo, o de canonização dos autores, no sentido de torna-los cânones de nosso pensamento social.

Parece mesmo o que afirma Paulo Arantes, de que não se trataria de estudar o “nacionalismo em função das nações que o praticam, mas sim as próprias nações em função dos nacionalismos que as criaram”. (ARANTES, 2006: p.27) Assim, na medida em que novos rumos se colocam diante da nação, caberia retornar aos inventores de nosso nacionalismo moderno, questioná-los em seus questionamentos, recontextualizá-los em seus contextos, e redimensionar sua contribuição. Como se cada geração, quando posta na mesma encruzilhada histórica em que nossos intérpretes se viram, tivesse que acertar contas com seu mito fundador.

É o que reafirma Gildo Marçal Brandão, quando reconhece haver uma relação íntima entre o caráter cíclico do interesse pelos intérpretes do Brasil e a dinâmica histórica brasileira. Para Brandão, é como se o “esforço de ‘pensar o pensamento’ se acendesse nos momentos e que nossa má formação fica mais clara e a nação e sua intelectualidade se veem constrangidas a refazer espiritualmente o caminho percorrido antes de embarcar em uma nova aventura”. (BRANDÃO, 2007: p.27)

É como se tivéssemos de recorrer aos nossos intérpretes sempre que as questões nacionais se vissem diante de um impasse. Em determinadas situações, compelidos a revisitá-los e, como que prestando reverência, repisar parte do caminho por eles traçado, para só então seguir caminho próprio.

**Práxis e Pragmatismo**

Se há um traço permanente nas trajetórias de Caio Prado e Celso Furtado, trata-se de sua atuação teórica voltada sempre para a intervenção na realidade. Fator que exige que a reconstituição dos aspectos de seu pensamento econômico seja feita com especial atenção ao conteúdo político, muitas vezes implícito, que suas obras carregam.

Caio Prado Jr. talvez tenha sido o protagonista do mais célebre caso de “traição de classe” de nossa história intelectual. Antônio Cândido relembra o assombro com que, mesmo morando no interior de Minas Gerais, teria tomado conhecimento do boato de que um jovem de família milionária decidira deixar de frequentar as festas e os clubes da sociedade para estudar marxismo na edícula de sua casa. (CÂNDIDO, 2012: p.278)

Seu engajamento na causa marxista teria se iniciado após grande frustração com os rumos tomados pelos revolucionários de 1930, mas a forma como responde a esse fato não deixa de ser curiosa, uma vez que, como todo o restante do contingente de desiludidos, poderia ter simplesmente se retirado da vida política.

A opção de Caio Prado, no entanto, teria impacto mais duradouro e profundo no pensamento social brasileiro do que o burburinho que sua conversão ideológica gerara nos círculos da alta sociedade paulistana. Sua adesão ao marxismo faz com que já em 1933 publique *Evolução Política do Brasil*, obra inovadora por constituir primeira tentativa de uso do materialismo histórico na interpretação da sociedade brasileira.

 Os desdobramentos da revolução de 30 continuaram influindo diretamente na vida de Caio. Já formado pela tradicional faculdade de direito do Largo São Francisco, matricula-se no curso de História e Geografia da recém-fundada Universidade de São Paulo. De seu segundo bacharelado, reterá por toda vida intelectual a formação que recebe dos mestres franceses, como o historiador Fernand Braudel, os geógrafos Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines.

 Sua relação com o PCB foi marcada desde sempre pela tensão. Se Caio era obediente no que diz respeito as diretrizes partidárias básicas, o mesmo não se pode dizer de sua postura em relação aos intelectuais e a produção teórica do partido. Sua rebeldia teórica não se limitava as diretrizes internas do partido, estendia-se a uma série de determinações da III Internacional. Questionava frontalmente a “tese para os países coloniais e semi-coloniais” o que, em sua obra, se traduz na recusa de considerar que houvesse restos feudais de qualquer tipo na estrutura econômica e social brasileira.

 Seu posicionamento intelectual em relação às determinações do partido era não só heterodoxo, mas praticamente solitário. O preço pago pela manutenção da independência intelectual foi a irrelevância política. Caio Prado não foi capaz de ascender na hierarquia partidária, sempre foi parte de um grupo minoritário, de reduzida influência no desígnio das linhas de ação adotadas.

 Os desdobramentos da revolução de 30 também tiveram impacto decisivo na vida de Celso Furtado. Se a revolução foi o motivo que causou a inflexão da orientação política do jovem Caio Prado Jr., também foi responsável, indiretamente, pelo primeiro emprego de Furtado, no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

O projeto getulista de racionalização da estrutura estatal concebeu os DASPs, espécie de braço administrativo do governo federal, constituído com o intuito de limitar a influência política das oligarquias locais nos Estados e dar condições para que as decisões de políticas públicas fossem tomadas com base em critérios técnicos e não ao sabor das circunstâncias políticas locais. Os DASPs, daí em diante, tornaram-se uma via facilitada de acesso aos profissionais de perfil técnico como engenheiros, estatísticos e economistas à estrutura do Estado. (SOUZA, 1976: p.96).

Das fileiras do funcionalismo público, Furtado passaria aos bancos acadêmicos da Sorbonne. Na França, realiza seus estudos de doutoramento sob a orientação de Maurice Byé. Retornando ao Brasil, o bacharel em direito, agora doutor em economia, torna-se funcionário da recém-criada CEPAL. Sob forte influência do pensamento de Raul Prebisch, atua de maneira diligente, contribuindo para o embasamento dos aspectos teóricos das proposições da comissão.

 Posteriormente, atua na comissão mista CEPAL-BNDE, consolidando o trabalho que serviria de base para o plano de metas de Juscelino Kubitschek. Nos anos seguintes, se tornaria diretor do BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) e lideraria os estudos que levaram à criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), da qual foi o primeiro presidente. Em 1962, em meio ao clima de acirramento político, torna-se Ministro do Planejamento do governo de João Goulart, sendo responsável pela elaboração do plano trienal.

 As trajetórias intelectuais de Caio Prado Jr. e Celso Furtado não poderiam ser mais distintas, mas a maneira como relacionam sua produção teórica às suas atividades políticas é similar. No que se refere a Caio Prado, não poderia ser diferente, uma vez que faz parte de uma corrente teórica pensada para a intervenção na sociedade, o marxismo.

O fato é que, também Furtado concebia seus trabalhos com um projeto em mente, e que sua produção foi largamente influenciada pela atuação nos organismos em que atuou. Bom exemplo é sua tese de doutorado. Se a tese representou o passo inicial na direção de uma carreira teórica que se tornaria brilhante, também serviu como alavanca profissional. Ao retornar ao Brasil, doutor em economia, deixa seu cargo no DASP para assumir maiores responsabilidades como burocrata internacional junto aos quadros da CEPAL. Sua produção teórica, ao mesmo tempo em que serve como alavanca profissional o auxilia no aprofundamento teórico e no desenvolvimento do arsenal analítico que mais tarde seria mobilizado em suas obras de maior fôlego.

 Nos dois autores, portanto, a abordagem histórica é posta a serviço da compreensão de suas atualidades. A prospecção do passado colonial tem um objetivo claro, o de transformar o presente. Algo que Caio Prado e Furtado fazem questão esclarecer já no início, de modo que nas primeiras páginas de *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado afirma: “E foram estas, bem como outras considerações da mesma natureza, que me levaram, para chegar a uma interpretação do Brasil de hoje, que é o que realmente interessa, àquele passado que parece longínquo, mas que ainda nos cerca de todos os lados” (PRADO JR, 2011: p.11), orientação semelhante é expressa no subtítulo da tese de doutorado de Celso Furtado: “Elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais”. FURTADO (2001).

 Não se costuma questionar a vinculação das obras de Caio Prado Jr. a seu projeto político, uma vez que sua militância junto ao partido comunista é amplamente conhecida. É pouco comum, no entanto, que Furtado seja visto como um autor relevante para a Ciência Política.

Quem redimensiona o diálogo de Furtado com a política é Vera Alves Cepêda. Afirma que, ao analisar de maneira detalhada seus textos produzidos entre o final da década de 50 e o golpe de 1964, é evidente que a questão política surge como peça-chave para a transformação da economia e da sociedade brasileira (CEPEDA, 2001: p.168)

Nesse sentido, Cepêda reafirma a abrangência da obra de Furtado. E reitera que para compreender sua importância é preciso desatar um “nó” na percepção de seu conjunto. Furtado costuma ser lido e caracterizado como economista, mas o caráter profundo e interdisciplinar de seus trabalhos o tornam referência obrigatória também para a História, a Sociologia e a Ciência Política.

 Bielschowsky (2001) argumenta no mesmo sentido, ao afirmar que uma das características gerais da obra de Furtado consiste em sua motivação política, de “teórico do subdesenvolvimento dedicado a orientar os cidadãos do continente para uma ação transformadora” (BIELSCHOWSKY, 2001: p.109). A amplitude de seu pensamento também foi reforçada por Luiz Carlos Bresser-Pereira, para quem Furtado foi um dos intelectuais que mais contribuiu para a compreensão do Brasil que hoje vigora. Concebendo ampla análise do tecido social brasileiro ao mesmo tempo em que procurava oferecer soluções para os problemas imediatos do país (BRESSER-PEREIRA, 2001: p.19).

Furtado foi capaz de influenciar as instituições de governo de que fez parte, em determinados momentos, teve grandes segmentos da máquina burocrática direcionados a aplicação de aspectos do seu pensamento. Sua influência teria ultrapassado o âmbito acadêmico dando “consistência analítica e garantindo unidade mínima ao pensamento econômico de parcela significativa dos técnicos governamentais”. (BIELSCHOWSKY, 2004: p.132).

Caio Prado Jr. não pôde desfrutar das mesmas prerrogativas, o acesso a qualquer tipo de posição na máquina pública lhe era vetado em função de suas conhecidas relações com o Partido Comunista.

 O que se observa é que ambos nunca abriram mão do esforço consciente de influenciar a realidade que buscavam examinar. Enquanto Caio Prado buscou atuar de maneira orgânica, vinculado a uma espécie de práxis. Celso Furtado vinculou seus esforços à atuação no aparelho do Estado. O que os aproxima, em suma, é a atuação engajada num projeto transformador, que não prescinde de um projeto político.

**Heterodoxos em seus contextos**

Caio Prado destoa do ambiente intelectual do marxismo no Brasil por não se colocar como mero consumidor das teses da III Internacional para os “países coloniais, semicoloniais e dependentes”, resistindo ao impulso de distorcer a realidade que procurava descrever para adaptá-la às fórmulas da teoria disponível. Sua apropriação crítica do marxismo da época permitiu que adaptasse essa teoria de acordo com as condições históricas e sociais específicas do Brasil, efetivamente nacionalizando a teoria marxista. (RICUPERO, 1998: p.68).

Situar Caio Prado Jr. em relação às suas referências teóricas é tarefa complexa. Não se pode entender sua produção como um simples desdobramento da produção analítica do partido comunista como parece insinuar (BIELSCHOWSKY, 2004: p.181-206). No extremo oposto, também não se pode compreendê-lo da maneira que sugere André Tosi Furtado. Como um autor tão distante das bandeiras programáticas e princípios normativos de seu partido que seu pensamento já não poderia ser entendido como marxista. (FURTADO, 2009: p. 74).

Mais adequada parece ser a classificação de Bernardo Ricupero, que situa Caio Prado Jr. como “continuador e inovador no marxismo do Brasil”. Inovador pois rompe com as formulações do PCB, “elaborando uma explicação do Brasil mais de acordo com a nossa experiência histórico-social” (RICUPERO, 2000: p.124). Continuador na medida em que, num plano mais amplo, não rompe inteiramente com o grupo político e intelectual ao qual pertence, o marxismo da América Latina e do Brasil. Pelo contrário, inova a partir de seus contextos, realizando apropriação crítica do marxismo da época.

Caio Prado não está ausente ou acima do debate teórico que ocorre nas fileiras do PCB. É impossível não atentar para seu engajamento nesse debate, quando, em *Evolução Política do Brasil,* após descartar qualquer tipo de relação feudal no que tange à posse da terra no Brasil colonial, insere a seguinte nota de rodapé:

Esta observação destina-se principalmente aos que, fundados em certas analogias superficiais, se apressam em traçar paralelos que não têm assento algum na realidade. Podemos falar num feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica, mas absolutamente para exprimir um paralelismo, que não existe, entre nossa economia e a da Europa medieval. (PRADO JR, 2012: p.19)

Caio Prado Jr. é intransigente quanto à questão da suposta existência de “restos feudais”. Se faz alguma concessão, é somente para seu uso como “figura de retórica”. Ocorre que, ao rejeitar a tese dos restos feudais, está se contrapondo não somente a uma diretriz teórica interna do PCB, mas também às orientações de ação conforme concebidas pela III Internacional.

Assim, torna-se o principal responsável pelo solapamento da tese dos “resquícios feudais”, então predominante no PCB e associada a Nelson Werneck Sodré, controvérsia que marca a fase inicial de suas desavenças com boa parte da militância do partido.

Resta saber qual embasamento teórico, ou mesmo metodológico permitiu a Caio Prado, realizar uma adaptação tão original da doutrina marxista de sua época. Mais notável se torna seu feito, ao notar que o “estoque de categorias marxistas de que se vale Caio Prado não é muito rico” (COUTINHO, 1989: p.116). Teria sido capaz, portanto, de aliar sua criatividade às categorias analíticas de que dispunha, chegando mesmo a inventar algumas, que “permitiram-lhe chegar, na maioria dos casos, a análises lúcidas, fecundas e quase sempre justas” (COUTINHO, 1989: p.117).

Não se podem descartar fatores de cunho pessoal, uma vez que na figura de Caio Prado a abordagem marxista “se articulou criticamente à acumulação intelectual de uma grande família do café e da política” (SCHWARZ, 1995). Essa combinação inusitada teria permitido que produzisse uma obra superior “alheia ao primarismo e assentada no conhecimento sóbrio das realidades locais”, reafirma Schwarz. Nesse mesmo sentido, Fernando Henrique Cardoso nos lembra que, se Caio Prado desde sempre se posicionou de maneira tão firme contra a tese dos restos feudais, foi porque “nunca confundiu seus avós e bisavós com barões feudais; eles eram exportadores, eram homens inseridos na grande expansão do capitalismo comercial” (CARDOSO, 1993: p.33).

Para além das considerações de classe, Antônio Cândido ressalta que os trabalhos de historiador de Caio Prado não podem ser separados de sua formação como geógrafo. “Por isso foi sempre tão ligado ao corpo físico do Brasil, que conhece palmo e palmo” (CÂNDIDO, 1989: p.24). Seu contato com o objeto de análise não se dá somente por via indireta, por meio de extensos levantamentos bibliográficos, mas também por sua experiência pessoal.

Dessa forma, o que permitiu que realizasse uma apropriação tão original do marxismo de sua época, conciliando-o com a especificidade do desenvolvimento histórico do Brasil, foi seu “apego ao real”, sua característica de viajante incansável, profundo conhecedor dos rincões do Brasil. Contra o dogmatismo teórico do marxismo de então, Caio Prado teria se valido da “força do concreto”.[[3]](#footnote-3)

Igualmente heterodoxa é a posição de Celso Furtado, influenciado pelas posições de Raul Prebisch e pelo enfoque analítico próprio da CEPAL, embarca no projeto cepalino de questionamento da pretensa universalidade da teoria econômica buscando manter, contudo, distância calculada. Sua autonomia se expressa pelo fato de que, embora seu *Formação Econômica do Brasil* se insira no âmbito da análise histórico-estruturalista, que associa a industrialização à promoção do desenvolvimento, resguarda parte de sua autonomia analítica recorrendo à interpretação histórica da colonização no Brasil.

 Desse modo, insere formulações típicas da CEPAL, como o impacto da crise de 1929 sobre as economias periféricas, numa interpretação histórica de cunho mais amplo. Exemplo de sua adaptação teórica é dado por Leda Paulani, para quem Furtado “substitui a ideia prebischiana de “periferia”, essencialmente sincrônica, pela ideia de “economia colonial”, que lhe permitia inserir o país em seu quadro histórico” (PAULANI, 2001: p.142).

É preciso reconhecer a desenvoltura com que aplicava seu variado arsenal analítico ao exame do passado brasileiro, descrevendo a economia colonial do nordeste com base em modelos de inspiração malthusiana, aplicando o conceito de multiplicador keynesiano na análise do impacto das exportações na renda, ou ainda na maneira absolutamente criativa com que analisa a variação cambial em períodos de baixa dos preços do café para explicar o que chamou de “socialização das perdas”.

 Não se deve perder de vista, no entanto, que se tratava, em grande parte de uma leitura estruturalista da história econômica brasileira, fortemente lastreada pela produção analítica da CEPAL. Não à toa, suas formulações sobre a tendência ao desequilíbrio externo em *Formação Econômica do Brasil,* são muito semelhantes à formulação a respeito da tendência ao desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, algo “central a várias formulações cepalinas da época” (BIELSCHOWSKY, 2000: p.29)

 Vale lembrar que nenhum desses pequenos trunfos de criatividade tem peso de categoria analítica, embora se destaquem pela originalidade, constituem mais uma projeção do projeto de desenvolvimento nacional de Furtado, espécie de leitura anacrônica que realiza do passado, do que verdadeira inovação metodológica.

O que cabe apreender é que ambos se posicionam de maneira heterodoxa em relação as suas vertentes teóricas e referências intelectuais. Sua plasticidade metodológica, portanto, é o retrato de uma fidelidade absoluta às características da realidade que pretendem retratar. Realidade que não se dobra, nem se adapta de acordo com o referencial teórico dominante, seja ele proveniente das teses da III Internacional Comunista para os países coloniais e semi- coloniais ou da teoria econômica ortodoxa.

**COMO PENSAR O PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO?**

 As características que tornam as obras de Celso Furtado e Caio Prado tão originais, ou seja, o contato permanente com a realidade, o ecletismo da abordagem e a heterodoxia em relação a seus referenciais teóricos, também impõem certas dificuldades metodológicas aos que se propõe a tomá-los como objeto de estudo. Torna-se então necessário delinear o problema de acordo com a metodologia estabelecida para o estudo do pensamento econômico, o que faço recorrendo inicialmente a Schumpeter, cuja *História da Análise Econômica* constitui referência incontornável.

**Tripé Schumpeteriano**

 Segundo Schumpeter, o estudo da produção teórica em economia na coordenada do tempo, deveria se balizar em 3 eixos de análise. Proposição a partir da qual cria um robusto modelo interpretativo, em que a variável explicada, a produção intelectual em economia nas diferentes épocas, é decomposta em 3 variáveis explicativas denominadas *História da Análise Econômica*, *História do Pensamento Econômico* e *História dos Sistemas de Economia Política.* O peso de cada uma das variáveis é distinto. Schumpeter é enfático ao afirmar que a *História da Análise Econômica* constitui o núcleo de seu pensamento, concentrando o poder explicativo do modelo, enquanto as outras duas variáveis seriam incorporadas como dimensões auxiliares, necessárias ao complemento da análise.

Cabe analisar com maior cuidado a descrição qualitativa dessas varíaveis. Assim, o economista austríaco define sua *História dos Sistemas de Economia Política* como:

um amplo conjunto de políticas econômicas que os autores sustentam tendo por fundamento determinados princípios unificadores (normativos), como os princípios do liberalismo econômico, do socialismo etc (SCHUMPETER, 1964: p.64)

Nessa orientação, os sistemas de economia política são vistos como normativos, no sentido de que não buscam elementos teóricos capazes de explicar cientificamente a realidade, baseando-se, ao invés disso, em “determinados princípios unificadores”, ou postulados, para prescrever como a realidade deveria ser. O estudo de sua história consistiria principalmente em compreender como esses sistemas se sucedem e alternam ao longo do tempo.

A segunda variável auxiliar, a *História do Pensamento Econômico*, é tida como:

A soma total das opiniões e desejos referentes a assuntos econômicos especialmente relativos à política governamental que, em determinado tempo e lugar, pertencem ao espírito público (SCHUMPETER, 1964: p.64)

Nessa acepção, o *Pensamento Econômico* seria uma manifestação localizada, no tempo e no espaço, espécie de retrato da opinião pública, que varia conforme o período ou a localidade ou até mesmo o “espírito da época” no que tange a temas econômicos. Seu grau de elaboração, no entanto, é pobre quando comparado às outras duas dimensões analíticas.

A *História da Análise Econômica*, por sua vez, é definida em contraste com as duas outras variáveis, como aquilo que compreende o núcleo teórico da obra, ou seja, compreende a dimensão que se distancia do normativismo dos *sistemas de economia* política, por seu conteúdo positivo e da incipiência teórica do *pensamento econômico* pelo rigor científico.

Baseado na definição dessas três variáveis explicativas, Arida (2003) cita Schumpeter como o mais famoso exemplo de uma concepção histórica alinhada ao que chama de modelo *hard science* na economia, próximo do que se praticaria na física, por exemplo. A economia praticada como hard science prescindiria do conhecimento detalhado acerca da história da disciplina, uma vez que as contribuições relevantes dos autores do passado, já estariam incorporadas ao estado atual da teoria.

Ainda segunda Pérsio Arida, as linhas de pensamento dissidentes, excluídas da fronteira do conhecimento, corresponderiam somente a abordagens errôneas ou obsoletas, caminhos errados pelos quais o conhecimento enveredou de maneira equivocada. A história do pensamento praticada nessa orientação seria realizada de maneira teleológica consistindo em observar, tendo já em mente uma causa final, o desenvolvimento dessas idéias, com um ponto de chegada já definido, o estado hodierno da ciência econômica. Na definição de Arida

[...] se todas as contribuições positivas do passado encontram-se assimiladas ao estado presente da teoria, a historiografia do pensamento econômico reduz-se a um inventário de erros e antecipações. Erros quando a doutrina que se presumia verdadeira no passado discrepa daquela que integra o estado atual da teoria; antecipações quando prefigura a fronteira. (ARIDA, 2003: p.17).

Subjacente à abordagem de Schumpter estaria a noção de “fronteira do conhecimento”, nesse sentido, o estado atual da teoria já teria dado conta de depurar de maneira eficiente o conhecimento econômico acumulado, tendo sido capaz de incorporar as contribuições mais relevantes do passado ao mesmo tempo em que pôde corrigir os desvios de rota, caracterizados pelas vertentes de pensamento já extintas ou em descrédito.

O fato é que, em Schumpeter, a relevância do contexto é reduzida, daí viria sua classificação como “abordagem auxiliar”. Para o autor, o conhecimento não é datado, o princípio das vantagens comparativas de David Ricardo, por exemplo, é tão relevante hoje quanto era no passado, com a vantagem de que o acúmulo da produção teórica em economia teria se encarregado de aparar suas arestas e corrigir seus desvios pela incorporação do trabalho de outros autores.

O que sua abordagem não admite é que essas dimensões, por isso auxiliares, influenciem o núcleo teórico do pensamento. O núcleo teórico e, portanto, seu objeto de estudo, dialogaria apenas com seus pares, apenas com o conteúdo acadêmico da questão, estando comprometido com um debate maior, acerca do avanço da teoria econômica. Embora a influência do contexto ou mesmo de fatores políticos seja contemplada em seu modelo analítico, a clivagem entre essas dimensões e o núcleo teórico é evidente.

 O núcleo teórico é absoluto, sua definição é praticamente axiomática, uma vez que os que por ventura se arriscarem a realizar o pensamento direcionado por algum tipo de práxis ou por alguma abordagem pragmática, correm o risco de ter a maior parte de seu pensamento desqualificado, sendo praticamente excluídos do hall dos praticantes da análise econômica, tornando-se parte do coro que entoa a voz pública do período, ou mero partidário de determinado sistema político.

Não por acaso, Blaug (1962) associaria a abordagem de Schumpeter ao que denominou de abordagens “absolutistas”, cujo procedimento consiste em extrair o núcleo teórico relevante da obra de cada autor, sistematizando a lógica interna de seus argumentos e buscando articulá-las com teorias anteriores e posteriores.

**Schumpeter e o pensamento econômico brasileiro**

Cabe notar que ao tentar aplicar a metodologia de Schumpeter ao estudo do pensamento econômico no Brasil entre 1930 e 1964, período semelhante ao que este trabalho se propõe a examinar, Ricardo Bieslchowsky encontrou certa dificuldade, como afirma:

[...] o fato de a maior parte dos autores da literatura econômica examinada ser composta por economistas – grupamentos cujas idéias, por certo, têm graus de elaboração superiores aos da “mente pública” de que fala Schumpeter – não impede que o trabalho se aproxime, muitas vezes, de uma simples “história do pensamento econômico”, no sentido que o autor dá à expressão, tal a falta de compromissos acadêmicos de boa parte dos economistas envolvidos no debate desenvolvimentista. (BIELSCHOWSKY, 2004: pp. 6-7)

A tensão entre a forma da análise, representada pelas categorias analíticas como propostas por Schumpeter, e o conteúdo local, ou seja, a análise econômica produzida no Brasil, forçaram Bielschowsky a realizar um movimento teórico caracterizado pelo autor como “trilhar o percurso inverso” em relação à Schumpeter, obrigando-o a priorizar a reconstituição do contexto social e dos aspectos ideológicos do período em detrimento do núcleo teórico.

Bielschowsky optou por alicerçar seu trabalho nas abordagens que Schumpeter considerava como auxiliares, ou seja, a *História da Análise Econômica*, objeto central de Schumpeter, será usada como dimensão analítica complementar, na medida em que seja necessário compreender as proposições teóricas dos diferentes autores, mesmo que de maneira geral, para identificar como esses mesmos autores e suas obras se inserem em seus respectivos contextos sociais e intelectuais. Esse procedimento possibilitaria o “entendimento de um debate não teórico, cujo conteúdo está historicamente determinado em seus mínimos detalhes” (BIELSCHOWSKY, 2004: p.6).

É preciso reconhecer a sensibilidade analítica de Bielschowsky. Convencido de que o alvo de seu estudo não fazia jus à abordagem privilegiada por Schumpeter, não cede ao impulso de distorcer seu objeto para encaixá-lo de maneira confortável no modelo analítico disponível. Ao invés de descaracterizar a realidade, opta por adaptar o modelo, de modo que seja possível abordar o conteúdo de maneira coerente.

O estudo do contexto e dos sistemas de economia política seria obrigatória, portanto, pela incipiência teórica de boa parte da produção analítica da época. Subjacente à exposição de Bielschowsky, está à noção de que, nesse período, não seria possível estudar o conteúdo analítico do pensamento econômico de maneira isolada, pois ele estaria imbricado às opiniões e ao debate político da época. Faz-se necessário, portanto, que se dê maior atenção ao contexto e aos determinantes políticos, uma vez que a produção acadêmica não seria madura o suficiente para resguardar-se das interferências e ruídos que o contexto impunha.

**Entre literatura e ciência, o ensaio de interpretação.**

O que Bielschowsky parece intuir é que os trabalhos de reflexão social realizados no Brasil, entre eles os produzidos no âmbito do pensamento econômico, ainda não eram produzidos de acordo com o que se espera de uma conduta científica moderna. Distante da estrutura cultural que se constrói em torno da moderna prática científica ou mesmo dos costumes que a circundam, que Robert Merton definiria como sendo o ethos científico, espécie de “estrutura cultural da ciência, isto é, de um aspecto limitado da ciência como instituição” (MERTON, 1996: p.652), condicionada a existência e à consolidação de quatro componentes institucionais necessários para que a ciência, em sua dimensão social, de fato exista como tal, que definiu como universalismo, o comunismo, o desinteresse e o ceticismo organizado. [[4]](#footnote-4)

 Parece evidente que no período examinado por Bielschowsky, a prática científica no Brasil, principalmente no que concerne às ciências ligadas à analise social, estava longe de constituir o modelo institucional indicado por Merton. O que se observa é que esse período constitui uma fase de transição entre a reflexão baseada na forma literária e a consolidação da investigação social em bases científicas modernas.

 A demora na irradiação e consolidação da metodologia científica moderna no Brasil teria sido atenuada pela forte presença da literatura, não só como meio de entretenimento, mas também como forma de investigação social. Antônio Cândido chamou de “inflação literária” o fenômeno de que “a literatura contribuiu com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas brasileiros” (CÂNDIDO, 2010: p.132).

 Da confluência desses dois períodos, o que a literatura detinha todas as prerrogativas da erudição, da cultura e mesmo da ciência e outro, que nos interessa, em que a expressão literária vai perdendo terreno para outras formas de interpretação do real, surge uma forma muito particular de expressão, o ensaio de interpretação, que Antônio Cândido define como

 [...] Gênero misto de ensaio, construído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil.[...] Não será exagerado afirmar que esta linha de ensaio – em que se combinam com felicidade maior ou menor a imaginação e a observação, a ciência e a arte, - constitui o traço mais característico e original do nosso pensamento. (CÂNDIDO, 2010: p.130)

A “falta de compromissos acadêmicos” de que se queixa Bielschowsky, seria reflexo da falta de correspondência entre a *posição social* que ocupam os intelectuais e o *papel social* que espera que desempenhem, segundo a tipologia utilizada por Ralf Dahrendorf. As *posições sociais* consistiriam nas posições ocupadas pelos indivíduos num sistema de relações sociais, ou ainda “pontos ou locais num sistema de coordenadas de relações sociais” (DAHRENDORF, 1991: p.51).

 Ocorre que “a cada posição que uma pessoa ocupa, correspondem determinadas formas de comportamento, que se esperam do portador dessa posição; a tudo que ele é, correspondem coisas que ele faz ou tem” (DAHRENDORF, 1991: p.54). A essa expectativa, que se relaciona a cada posição social ocupada pelo indivíduo, chama-se *papel social*, definidos como “feixes de expectativas, que se ligam, em uma determinada sociedade, ao comportamento dos portadores de posições”. (DAHRENDORF, 1991: p.54).

 Temos, portanto, que o indivíduo pode ocupar uma série de *posições sociais* sobre as quais incidem certas expectativas sociais, chamadas de *papel social*. A partir daí, cabe recolocar uma constatação de Bielschowsky, tendo em vista as categorias que acabamos de referir. Dessa forma, a dificuldade a que Bielschowsky se refere, devido à “falta de compromisso acadêmico dos envolvidos no debate desenvolvimentista” provém do desencontro entre a expectativa que o analista, no caso, o próprio Bielschowsky, possui sobre os ocupantes de determinada posição social, nesse mesmo caso, os que produzem pensamento econômico entre os anos de 1930 e 1964, e o papel social que efetivamente correspondia à posição social que esses pensadores ocupavam.

 Ocorre que no contexto social que analisa, a diferenciação entre a posição social ocupada pelo intelectual acadêmico e a posição do intelectual literário, não havia ocorrido.[[5]](#footnote-5) A expectativa social, ou seja, o papel social que esse “acadêmico-literato”, devia ocupar não correspondia ao ethos científico como definido por Merton.

 O papel social de intelectual acadêmico, imbuído do ethos científico que espera encontrar, ainda estava em processo de formação. Portanto, o papel social desempenhado pelos que ocupavam as posições sociais de intelectuais era muito menos diferenciado, não por acaso, Antônio Cândido atribui como um dos fatores explicativos da longa soberania da literatura no Brasil a “fraca divisão do trabalho intelectual” (CÂNDIDO, 2010: p.131).

 O que se quer esclarecer é que, interpelar os autores de que esse trabalho trata, ou seja, Caio Prado Jr. e Celso Furtado, no recorte temporal que nos propomos, entre as décadas de 30 e 60, exige que esses autores sejam abordados não como integrantes de círculos acadêmicos estruturados, como hoje conhecemos. Mas sim, como autores imersos em seu contexto social, com uma produção que, em termos de forma, ainda oscila entre o ensaísmo literário e a monografia acadêmica.

**Bibliografia**

ARANTES, Paulo. Nação e Reflexão. In: ABDALA Jr., Benjamin. Moderno de nascença – figurações críticas do Brasil. São Paulo, Boitempo Editorial, 2006.

ARANTES, Paulo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: \_\_\_\_\_\_\_\_; ARANTES, Otília. Sentido da formação. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

ARIDA, Pérsio. A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. In: GALA, Paulo. A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: ensaios sobre metodologia em Economia. São Paulo: Ed.34, 2003.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Celso Furtado e o Pensamento Econômico Latino-Americano. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos & REGO, José Márcio. A grande esperança em Celso Furtado. Ensaios em homenagem aos seus 80 anos. São Paulo: Editora 34, 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. In:\_\_\_\_\_\_. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. V. 1. Rio de Janeiro, Record, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BLAUG, Michael. Economic theory in retrospect. Homewood, Ill.: Richard D. Irwin, 1962.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Método e Paixão em Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos & REGO, José Márcio. A grande esperança em Celso Furtado. Ensaios em homenagem aos seus 80 anos. São Paulo: Editora 34, 2001.

CÂNDIDO, Antônio. A Força do Concreto. In: Maria Angela D’Incao (org.), História e Ideal. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CÂNDIDO, Antonio. Entrevista – Antônio Cândido. In: PRADO JR, Caio. Evolução Política do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CÂNDIDO, Antônio. Literatura e Cultura de 1900 a 1945. In:\_\_\_\_\_. Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CÂNDIDO, Antônio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil.26. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. Livros que inventaram o Brasil. In: Novos Estudos Cebrap. nº37, 1993.

CEPÊDA, Vera Alves. O Pensamento político de Celso Furtado: Desenvolvimento e Democracia. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos & REGO, José Márcio. A grande esperança em Celso Furtado. Ensaios em homenagem aos seus 80 anos. São Paulo: Editora 34, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. Uma via “não clássica” para o capitalismo. In: Maria Angela D’Incao (org.), História e Ideal. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DAHRENDORF, Ralf. Homo sociologicus – Ensaio sobre a história, o significado e a crítica da categoria de papel social***.*** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

FURTADO, André Tosi. As contribuições de Caio Prado Jr à Formação Econômica do Brasil. In: COELHO, Francisco da Silva & GRANZIERA, Rui Guilherme. Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Atlas, 2009.

FURTADO, Celso. A economia Brasileira (contribuição à análise de seu desenvolvimento). Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.

FURTADO, Celso. Características gerais da economia brasileira. Revista Brasileira de Economia, v.4 nº1, p. 7-33, mar. 1950.

FURTADO, Celso. Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Hucitec, 2001.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. O Desenvolvimento econômico (ensaios de interpretação histórico-analítica). Economia Brasileira, v. 1, nº1, p.3-23, mar. 1955.

FURTADO, Celso. Uma economia dependente. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, série Cadernos de Cultura, nº 94, 1956. 73 p.

IGLÉSIAS, Francisco. Celso Furtado: pensamento e ação. In:\_\_\_\_\_\_. História e Ideologia. São Paulo: Editora Perspectiva. 1971.

MERTON, Robert King. Sociologia do conhecimento. Trad., Sérgio Santeiro. In: Bertelli, Antônio Roberto; Palmeira, Moacir Soares; Velho, Otávio Guilherme (Org.). Sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar. p.81-125. 1974

MERTON, Robert King. Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1996.

OLIVEIRA, Francisco. A Navegação Venturosa: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. In: MORAES, Ricardo (org.) Inteligência Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PAULANI, Leda Maria. A Utopia da Nação: Esperança e Desalento. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos & REGO, José Márcio. A grande esperança em Celso Furtado. Ensaios em homenagem aos seus 80 anos. São Paulo: Editora 34, 2001.

PRADO JR, Caio. Evolução Política do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr. e a nacionalização do Marxismo no Brasil. São Paulo; Fapesp; Ed. 34, 2000.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr: o primeiro marxista brasileiro. São Paulo. Revistas Usp. Junho/Agosto. 1998.

SCHUMPETER, Joseph Alois. História da análise econômica. v.1. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

SCHWARZ, Roberto. “Um seminário de Marx”. In: Folha de S. Paulo, 8 de outubro de 1995.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

SZMRECSÁNYI, Tamás. As raízes, a estrutura e o conteúdo da Formação Econômica do Brasil.In: COELHO, Francisco da Silva & GRANZIERA, Rui Guilherme. Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Atlas, 2009

SZMRECSÁNYI, Tamás. Sobre a formação da Formação Econômica do Brasil de C. Furtado, Estudos Avançados 13(37), 1999.

1. Por “trabalhos de Caio Prado Jr.” me refiro à *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945). [↑](#footnote-ref-1)
2. Entre os livros influentes com o termo “Formação” no título, Paulo Arantes destaca: *Formação Política do Brasil*, de Paula Beiguelman, *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado e mesmo *Formação da Literatura Brasileira*, do próprio Antônio Cândido. Figuram também, *Formação do Patronato Político Brasileiro*, subtítulo de *Os donos do Poder*, de Raymundo Faoro. (ARANTES, 1997: p.11-12). [↑](#footnote-ref-2)
3. Trata-se do título dado por Antônio Cândido, para o texto que abre “História e Ideal – Ensaios de Caio Prado Jr”. Organizado por Maria Angela D’Incao. [↑](#footnote-ref-3)
4. A esses componentes, chamou de *Universalismo*, relativo ao estabelecimento de critérios impessoais para circunscrever o erro. *Comunismo*, no sentido de enfatizar o caráter coletivo da ciência. O componente do *Desinteresse*, com o intuito de mostrar que a prática científica não deve ser motivada por outros interesses que não a ampliação dos conhecimentos comprovados e o *ceticismo organizado* que agruparia a “suspensão do julgamento até que ‘os fatos estejam a mão’ e o exame imparcial das crenças de acordo com critérios empíricos e lógicos” (MERTON, 1996: pp.654-662). [↑](#footnote-ref-4)
5. O próprio Dahrendorf chama atenção para o fato de que a diferenciação de posições sociais parece ser “uma das poucas características evidentes” do que o autor chama de “desenvolvimento social”. (DAHRENDORF, 1991: p.52). [↑](#footnote-ref-5)